



ENAJUS
Encontro de Administração da Justiça

BRASÍLIA

OUT 2023

Programação Detalhada



Sumário

Sobre o EnAJUS	3
Escopo, objetivos e tema central	4
Histórico do EnAJUS	5
Programação sintética	6
Palestra de abertura	7
Painéis temáticos	8
Minicursos	12
Sessões presenciais de apresentação de trabalhos	16
Encerramento	29
Realização	30

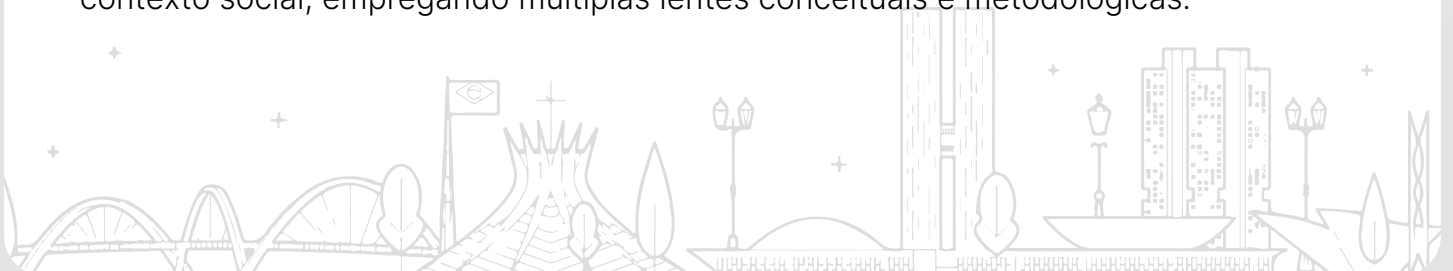


O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS 2023 constitui a sexta edição de evento científico que se propõe a discutir, com base em evidências, as distintas dimensões teóricas, metodológicas e práticas, que compõem o funcionamento da Justiça. Trata-se de iniciativa que visa congregiar várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública, com a finalidade de gerar e disseminar conhecimentos capazes de melhorar os níveis de eficiência e de efetividade da Justiça. Essa ação é particularmente importante, na medida em que sistemas de justiça são, regra geral, caros, congestionados, lentos e pouco efetivos.

O EnAJUS 2023 terá sessões destinadas a apresentações de trabalhos e painéis temáticos. Além disso, o evento oferecerá minicursos, focados em métodos e técnicas de pesquisa, que visam oferecer oportunidades de capacitação a indivíduos interessados em ampliar o conhecimento sobre pesquisa em Administração da Justiça, apoiada em dados e evidências.

Administração da Justiça é tema de alta relevância social e política, porém ainda pouco estudado, em particular nos países de matriz lusófona. A administração da justiça implica o uso coordenado e articulado de recursos, conhecimentos, pessoas, regras e leis, com o objetivo de resolver conflitos entre indivíduos, grupos e organizações. Consequentemente, sistemas de justiça bem administrados são uma conquista civilizatória das sociedades e contribuem para a paz social e para o desenvolvimento socioeconômico de países em geral. Sistemas de justiça bem administrados também podem fomentar relações sociais baseadas em valores e princípios éticos e morais, incluindo o respeito às leis e regras que regem tais relações, e o reconhecimento dos direitos de grupos sociais e indivíduos.

O conceito de sistema de justiça envolve o funcionamento de organizações judiciais, como os tribunais, e outras instituições essenciais à justiça, como Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia, Defensoria Pública, tribunais administrativos, cartórios e órgãos de segurança pública, incluindo as relações entre as organizações do sistema de justiça e organizações de outros sistemas, como organizações políticas, governamentais, do mercado e da sociedade civil. Como campo de pesquisa, a Administração da Justiça compreende múltiplas teorias e métodos de pesquisa, visando investigar a gestão do sistema de justiça em diferentes perspectivas e níveis de análise. Trata da relação entre administração e provisão de justiça em um determinado contexto social, empregando múltiplas lentes conceituais e metodológicas.



Escopo e Objetivos

O Encontro de Administração da Justiça – EnAJUS é um espaço de diálogo entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do direito e alunos de graduação e pós-graduação interessados no tema. O evento estimulará o debate aprofundado entre os participantes e visa:

1. Ampliar, organizar e disseminar o conhecimento sobre Administração da Justiça;
2. Desenvolver redes de cooperação, com a troca de experiências relacionadas com a temática;
3. Disseminar o conhecimento a respeito de inovações e boas práticas de gestão em organizações do Sistema de Justiça;
4. Promover a interdisciplinaridade, mostrando como a Administração da Justiça congrega várias áreas do conhecimento, como Direito, Economia, Sociologia e Administração Pública;
5. Contribuir com a capacitação de indivíduos interessados em realizar pesquisas sobre Administração da Justiça com base em dados e evidências.

Tema Central 2023

Acesso à Justiça – Desafios Sociais, Econômicos e Institucionais

O EnAJUS 2023 tem como tema central Acesso à Justiça – Desafios Sociais, Econômicos e Institucionais. Acesso à justiça é tema complexo e polissêmico, que vai além do acesso aos órgãos de justiça e constitui grande desafio de sociedades em geral, especialmente nos países em desenvolvimento. O tema faz parte do Objetivo 16 de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) da Agenda 2030 da ONU e pressupõe que os países-membros implementem ações para manter a Paz, Justiça e Instituições Fortes e proporcionem acesso à justiça a todos. Pesquisar este tema implica diagnosticar fatores de exclusão e desigualdade sociais, já que o acesso à justiça é desigual, em especial às classes menos favorecidas e às minorias sociais e raciais. Com isso, o EnAJUS 2023 contribui para inserir esse tema no debate nacional e internacional, visando disseminar conhecimentos apoiados em evidências que possam contribuir para enfrentar os desafios no entorno do acesso à justiça.

O EnAJUS teve início em 2018, e as suas duas primeiras edições, 2018 e 2019, realizadas em Brasília, Brasil, resultaram do trabalho cooperativo do grupo de pesquisa Administração da Justiça (AJUS), dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, ambos da Universidade de Brasília, do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) da Universidade de Lisboa, e do Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES). A edição de 2020 teve Curitiba, Brasil, como cidade-sede e foi promovida no formato online, em decorrência da pandemia COVID-19. Juntaram-se ao grupo organizador do evento dois novos atores importantes: a Universidade Positivo (UP), por meio dos programas de pós-graduação em Administração e em Direito, e a Direção-Geral de Política de Justiça (DGPJ), do Ministério da Justiça de Portugal.

Em 2021 o EnAJUS foi realizado em formato híbrido, com atividades presenciais em Lisboa, Portugal, e atividades remotas e transmissão ao vivo pela internet. Ao grupo organizador anterior juntaram-se o Instituto de Investigação Interdisciplinar (IURIS), da Universidade de Lisboa, e os grupos de pesquisa Administração, Governo e Políticas Públicas do Poder Judiciário (GPJUs) e Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário (GEJUD), do Brasil. O EnAJUS 2022 foi realizado em Curitiba, Brasil, no formato presencial, com opção de participação remota para autores residentes fora do Brasil. A Escola de Formação Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (EJuDFT), Brasília, Brasil, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), Coimbra, Portugal e o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS) passaram a integrar, em 2022, o conjunto de instituições e grupos de pesquisa responsável pela realização do evento.

O EnAJUS reúne, anualmente, aproximadamente 120 participantes, entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do direito e estudantes de graduação e pós-graduação. Trata-se, portanto, de evento que se consolidou e tornou-se internacional rapidamente. O EnAJUS somente tornou-se realidade e um sucesso entre estudiosos e praticantes da Administração da Justiça por meio do trabalho voluntário de mais de uma centena de indivíduos, que atuaram como organizadores, palestrantes, autores de trabalhos, avaliadores e em atividades técnicas e de apoio operacional e logístico. Mais informações a respeito das edições anteriores do EnAJUS podem ser encontradas em <https://www.enajus.org.br/edicoes-anteriores>.

23.10.23

- 10h00 às 13h00
Credenciamento congressistas
- 14h00 às 15h30
Apresentação de trabalhos
- 16h00 às 17h30
Apresentação de trabalhos
- 19h00
Palestra de Abertura
Políticas Públicas e Acesso à Justiça
Salise Monteiro Sanchotene
Conselheira do Conselho Nacional de Justiça
Brasília/DF

25.10.23

- 8h00 às 9h30
Apresentação de trabalhos
- 10h00 às 12h00
Painel Temático 3
Interseccionalidades e Acesso à Justiça
- 14h00 às 15h30
Apresentação de trabalhos
- 16h00 às 18h00
Minicurso presencial
Introdução ao Desenho de Pesquisas Empíricas no Sistema de Justiça

24.10.23

- 8h00 às 9h30
Apresentação de trabalhos
- 10h00 às 12h00
Painel Temático 1
Formação do Bacharel em Direito e o Acesso à Justiça
- 14h00 às 16h00
Painel Temático 2
Tecnologia, Inovação e Acesso à Justiça
- 16h30 às 18h00
Apresentação de trabalhos

26.10.23

- 9h00 às 12h00
Minicurso online
Pesquisas Experimentais na Justiça

27.10.23

- 14h00 às 17h00
Minicurso online
Reescrita de Decisões Judiciais com a Perspectiva de Gênero



23.10.23 - 19h00

Políticas Públicas e Acesso à Justiça



Salise Monteiro Sanchotene

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça - Brasília/DF



24.10.23

10h00

Painel Temático 1

Formação do Bacharel em Direito e o Acesso à Justiça

14h00

Painel Temático 2

Tecnologia, Inovação e Acesso à Justiça

25.10.23

10h00

Painel Temático 3

Interseccionalidades e Acesso à Justiça



Formação do Bacharel em Direito e o Acesso à Justiça

24.10.23 - 10h00



Os temas da formação das e dos bacharéis em Direito e do acesso à Justiça não são novos no debate especializado. Pouco se vê produzido, no entanto, a partir do ponto de vista de sua intersecção, conectando os achados e os problemas de ambas as áreas em um único panorama.

Esse é o objetivo principal do painel. Refletir sobre o modo como a formação jurídica afeta e é afetada pelos mecanismos institucionais e culturais do acesso à justiça, assim como pensar em sentido mais amplo o que significa acessar a justiça em um sistema judicial abarrotado e nem sempre suficientemente aparelhado para lidar com os problemas complexos e delicados da contemporaneidade. Como esses dois temas podem ser pensados em conexão? Quais são as formulações mais adequadas para que se crie um círculo virtuoso entre eles?

Palestrantes



Daniela Marques de Moraes

Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – FD/UnB (2021-2024)



Isaac Reis

Professor de Teoria do Direito, Retórica e Argumentação Jurídicas na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB (Graduação e Pós-Graduação). Líder do Grupo de Pesquisa em Retórica, Argumentação e Juridicidades (CNPq/UnB).

Coordenação e Mediação



Thiago Oliveira Moreira

Professor e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

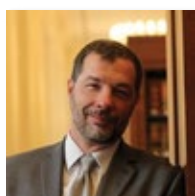
Tecnologia, Inovação e Acesso à Justiça

24.10.23 - 14h00



O Painel Tecnologia, Inovação e Acesso à Justiça do Encontro de Administração da Justiça - 2023 é uma parte crucial do evento, e será dedicado à exploração das interseções entre o sistema de justiça e o avanço tecnológico. As tecnologias e a inovação no setor da justiça abarcam conceitos tão diversos como inteligência artificial, automação de processos judiciais, análise de dados, acesso à justiça digital, segurança cibernética, entre outros. Será, pois, possível examinar como as novas tecnologias estão a proporcionar melhorias de eficiência e eficácia dos sistemas de justiça, ao mesmo tempo em que permitem abordar desafios e considerações éticas que surgem nesse contexto. Este painel oferece uma plataforma para a partilha de ideias, experiências e melhores práticas, permitindo trocar valiosos insights sobre como a tecnologia está a moldar o futuro da administração da justiça. Além disso, permite destacar a importância de garantir que a tecnologia seja usada de maneira responsável, garantindo que o acesso à justiça seja verdadeiramente ampliado e disponibilizado a todos os membros das sociedades contemporâneas.

Palestrantes



André Gomma de Azevedo

Juiz do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), Doutor em Direito pela Universidade de Brasília (UnB).



Luciana Silva Garcia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Coordenação e Mediação



Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Professor Associado Convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (UC) e Consultor da DGPJ, Ministério da Justiça, Portugal.

Interseccionalidades e Acesso à Justiça

25.10.23 - 10h00



Pensar o acesso à Justiça no contexto atual é compreender quem, como e porque chega a justiça. E, nesse perfil merece ser identificado as desigualdades de gênero e raça e outras que perpassam a condição dessas pessoas.

Esse painel busca explorar o conceito de interseccionalidade, que desafia as desigualdades em seu imbricamento e como processo impede o acesso a justiça.

Assim, o desafio colocado a essa discussão é construir caminhos que tornem a justiça mais efetiva e que ao mesmo tempo considere as desigualdades no acesso a ela.

Palestrantes



Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea.



José Díaz Lafuente

Professor de Ciência Política e Sociologia da Universidade Complutense de Madri, Espanha e Formador de Direitos Humanos no Programa HELP, do Conselho Europeu.

Coordenação e Mediação



Janaina Roland Matida

Professora de Direito da Universidad Alberto Hurtado, Chile. Assessora de ministro do STJ.

25.10.23

16h00

Minicurso presencial

Introdução ao Desenho de Pesquisas Empíricas no Sistema de Justiça

26.10.23

9h00

Minicurso online

Pesquisas Experimentais na Justiça

27.10.23

14h00

Minicurso online

Reescrita de Decisões Judiciais com a Perspectiva de Gênero



Introdução ao Desenho de Pesquisas Empíricas no Sistema de Justiça

25.10.23 - 16h00



Ministrantes



Eda Castro Lucas de Souza

Professora do Centro Universitário IESB.



Olívia A. Gomes Pessoa

Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e professora da Universidade Positivo (UP).



Pesquisas Experimentais na Justiça

26.10.23 - 09h00



Ministrante



Benjamin Tabak

Professor e Coordenador do Laboratório Experimental de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Reescrita de Decisões Judiciais com a Perspectiva de Gênero

27.10.23 - 14h00



Ministrante



Fabiana Severi

Professora da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP.



Apresentação de Trabalhos

23.10.23

14h00

Sessão 01 Sessão 02 Sessão 03 Sessão 04

16h00

Sessão 05 Sessão 06 Sessão 07 Sessão 08

24.10.23

08h00

Sessão 09 Sessão 10 Sessão 11 Sessão 12

16h30

Sessão 13 Sessão 14 Sessão 15 Sessão 16

25.10.23

08h00

Sessão 17 Sessão 18 Sessão 19 Sessão 20

14h00

Sessão 21 Sessão 22 Sessão 23 Sessão 24

Sessão 01

23/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Eloisa Gonçalves Torlig (Universidade de Brasília)

Duração razoável do processo nas Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE): um levantamento dos fatores de impacto na demora processual em um gabinete criminal

Italo Farias Braga, Nestor Eduardo Araruna Santiago

Governança e gestão de dados processuais: o que pensam os juízes?

Ana Lúcia Andrade de Aguiar

Inovação e Acesso à Justiça – como o visual law é usado e estudado no mundo

Jessica Vitorino Martins, Marcos de Moraes Sousa, Thiago Maia Sayão de Moraes

O comportamento informacional do usuário da justiça: uma análise a partir do modelo de Wilson (2000)

Carlos de Paula Soares Filho

Sessão 02

23/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Ana Carla Werneck (AJUS)

A Microgestão nos Tribunais de Grande Porte como Fonte de Melhoria para o Acesso à Justiça – uma Análise a partir da Pesquisa Empírica

Ana Carla Werneck

Além das Aparências: o Valor Oculto da Educação Corporativa no STJ

Iraci Gonçalves Guimarães, Mariana Camargo Rocha, Janaina Marques Alves, Taina Saraiva Eduardo, Antônio Alves Monteiro Júnior

Desempenho de Defensorias Públicas e acesso a justiça: revisão da literatura e agenda de pesquisa

Guilherme Gomes Vieira

Fatores Determinantes do Desempenho Organizacional: Estudo de Caso em Um Tribunal Regional Eleitoral

João Paulo de Araújo, Leandro Trigueiro Fernandes

Sessão 03

23/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Tomas de Aquino Guimaraes (Universidade de Brasília)

Capacidade de Inovação no Judiciário: uma Investigação Qualitativa

Leonardo Ferreira Oliveira, Tomas Aquino Guimaraes

“Privatização” e Digitalização da Justiça: Velhos e Novos Problemas?!

Ricardo Lopes Dinis Pedro, Miguel Lopes Romão, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia,

Inovação e Transformação Digital na Justiça: uma Revisão Sistemática de Literatura

Sandra Patrícia Marques Pereira, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, João Abreu de Faria Bilhim

Governança e Valor Público: os Desafios à Inteligência Artificial nos Tribunais Brasileiros

João Paulo Braga Cavalcante, Flávio José Moreira Gonçalves, Flavianne Damasceno Maia, Nara Rejane Gonçalves de Araújo

Sessão 04

23/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Eda Castro Lucas de Souza (Centro Universitário IESB)

O acesso à justiça a partir da análise empírica de soluções amistosas da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: violações locais e respostas internacionais

Ana Carolina Campara Verdum, Ademar Pozzatti Junior

Participação Social como Instrumento de Accountability no Poder Judiciário Brasileiro

Monique Ribeiro de Carvalho Gomes

Programa Justiça de Proximidade: em busca da justiça “bem e depressa” pelo Tribunal de Justiça do Maranhão nas comarcas do interior

Monica Teresa Costa Sousa

Simplificação da Linguagem nas Defensorias Públicas como Instrumento de Acesso à Justiça

Junior Leite Amaral, Alexandro Melo Corrêa, Ianne Magna de Lima

Sessão 05

23/10/2023

16h00 às 17h30

Mediação: José Marcelo Maia Nogueira (TJCE)

A Rede de Colaboração do Conselho Nacional de Justiça como Instrumento Democrático de Governança: uma análise da política macro desenvolvida para cada ramo da Justiça

Karina Silva de Araújo, Monique Ribeiro de Carvalho Gomes, Sérgio Roberto Marinho Fortes do Rego

Governança Digital no Judiciário da Região Amazônica e Acesso à Justiça pela População Ribeirinha

Beatriz Fruet de Moraes, Fabrício Castagna Lunardi

Governança e Educação Judicial: Condenações Internacionais e Atuação com Perspectiva de Gênero

Bárbara Livio, Marcela Pereira da Silva, Juliana Mendes Pedrosa

Governança Judicial em Saúde Pública: É Possível uma Avaliação Qualitativa da Prestação Jurisdicional?

Fabio Cesar dos Santos Oliveira, Bárbara Livio e Diego Viegas Veras

Sessão 06

23/10/2023

16h00 às 17h30

Mediação: Tomas de Aquino Guimaraes (Universidade de Brasília)

Desenvolvimento e Adoção de Boas Práticas de Gestão Judicial em Tribunal de Justiça

Anderson da Silva Gomes

Inovação como Elemento Facilitador do Acesso à Justiça, por meio da Comunicação de Mudanças do PJe à Sociedade

Karla Sousa da Motta, Divanda Lima de Freitas Cavalcanti

Território Virtual: Programa Justiça 4.0 - Juízo 100% Digital

João Paulo Braga Cavalcante, Flavianne Damasceno Maia, Neivania Silva Rodrigues, Rodrigo Moreira do Nascimento, Vítor Oliveira Arruda

Sessão 07

23/10/2023

16h00 às 17h30

Mediação: Ricardo Lopes Dinis Pedro (DGPJ)

Enfrentando os Ataques Hackers: Controles de Segurança da Informação Prioritários para o Tratamento dos Riscos de Negócio do Poder Judiciário

Renato Solimar Alves, Carlos Eduardo Miranda Zottmann, Marcus Aurelio Carvalho Georg, Rafael Rabelo Nunes, Luiz Guilherme Schiefler de Arruda

A Nova Litigância Judicial Causada por Algoritmos Digitais: de “Estado c Loomis” a “NCJM, Outros e FNV c. Estado”: Uso e/ou “Acesso” Público aos Algoritmos pelo Tribunal

Ricardo Pedro

Justiça Inteligente, Danos e Propostas de Responsabilidade Civil

Ricardo Pedro

Proposta de Metodologia para Avaliação de Riscos de Privacidade para Órgãos do Poder Judiciário no Brasil

Carlos Eduardo Miranda Zottmann, Rafael Rabelo Nunes, Marcus Aurélio Carvalho Georg, Renato Solimar Alves, Marcelo Antonio da Silva

Sessão 08

23/10/2023

16h00 às 17h30

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (Universidade de Coimbra)

Justiça 360° – Satisfação, Lealdade e Envolvimento de Cidadãos e Colaboradores: Tribunais, Meios de Resolução Alternativa de Litígios e Serviços do Ministério da Justiça em Portugal

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Legitimidade Organizacional de tribunais: uma revisão sistemática da literatura apoiada pelo método Ordinatio

Carlos de Paula Soares Filho

Fake News e as Organizações da Justiça: Análise Jurisprudencial e Respostas Organizacionais

Giovanna Gabriela Moreira de Oliveira, Caroline Coradassi Almeida, Edson Ronaldo Guarido Filho

Medidas protetivas online no Tribunal de Justiça do Maranhão: perspectivas para aprimoramento do acesso à justiça por mulheres

Marcela Santana Lobo

Sessão 09

24/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Leonardo Oliveira (Universidade de Brasília)

Gênero e Desempenho Judiciário: Transversalidade e Propostas para o Sistema de Metas do CNJ

Livia Lucia Oliveira Borba, Mariana Rezende Ferreira Yoshida

Interações de gênero e a existência de currículo oculto no ensino jurídico

Isabelle Oglouyan de Campos, Livia Gil Guimarães, Cecília Barreto de Almeida, Sheila Christina Neder Cerezetti

O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero - de Recomendação à Resolução: contexto de criação e desafios na sua implementação

Jéssica Traguette, Fernanda Busanello

O Acesso à Justiça Pela População Trans – Entre os Preconceitos e a Perspectiva de Gêneros

Silvia Turra Grechinski, Ramon Gabriel Conti

Sessão 10

24/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Luciano Athayde Chaves (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

A Judicialização da Saúde e a Mediação como forma Alternativa de Solução de Conflitos: estudo de caso CAMEDS

Andressa Silva Bonfim da Costa

A Virtualização dos Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos: Perspectivas e implicações do uso da tecnologia na Justiça consensual

Ianne Magna de Lima

Análise do processo decisório nas mediações de conflito a partir da teoria de Karl Weick

Larissa Jorge Ferreira Torquato, Moisés Oliveira Costa, Eduarda Rodrigues de Almeida Porcino, Ramon Librelon Pinheiro Lopes, Felipe Fróes Couto

Métodos autocompositivos como governança judicial no Supremo Tribunal Federal: estado da arte, efetividade e aperfeiçoamento

Diego Viegas Veras

Sessão 11

24/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Ana Carla Werneck (AJUS)

(Re)pensando a assistência judiciária gratuita como forma de garantir o efetivo acesso à justiça

Tiago Fontoura de Souza

A Política Pública de Ressocialização no Estado do Rio Grande do Norte

João Marcos Amaro Gomes, Henny Maryam Lucindo Florencio

O Acesso à Justiça por meio da Duração Razoável do Processo Judicial: uma Análise a partir do Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Ana Carla Werneck

Sistema Prisional Português: uma análise PESTEL

Renato Duarte Carmo Mendes, Flavio Manoel Coelho Borges Cardoso

Sessão 12

24/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Caio Castelliano de Vasconcelos (Universidade de Brasília)

Clusters Orçamentários: desfragmentação do hard disk no orçamento público

Amudsen da Silveira Bonifácio, Silvania Neris Nossa

Fatores que Aumentam o Tempo do Processo Judicial no Brasil

Caio Castelliano de Vasconcelos, Tomas Aquino Guimaraes, Adalmir de Oliveira Gomes

Modelo para Medição da Eficiência Judiciária: sua relação com as dimensões fiscal, orçamentária, litigiosa e os recursos processuais.

Amudsen da Silveira Bonifácio, Silvania Neris Nossa, Bruno Funchal

O Impacto do Modelo Brasileiro de Precedentes na Agenda 2030 da ONU

Mariana Marinho Machado, Tais Schilling Ferraz, Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota

Sessão 13

24/10/2023

16h30 às 18h00

Mediação: Olivia Alves Gomes Pessoa (CPJUS - Universidade Positivo)

Comprometimento Organizacional em Servidores do Poder Judiciário Brasileiro

Tallyson Bruno Martins Costa, Leandro Trigueiro Fernandes

Legalidade e difusão da uberização do trabalho no Brasil: ambiguidade e lacunas regulatórias

Josiane da Silva Oliveira Santiago, Matheus Ferreira Cezar, Tamires de Fatima Gudas, Edson Ronaldo Guarido Filho

Lei nº 15.854/2015 do Estado do Ceará: Política de Ressocialização

Henny Maryam Lucindo Florencio, João Marcos Amaro Gomes

Voids institucionais: pontos chave para a coordenação entre regulação e justiça no novo marco do saneamento

Carolina Wünsch Marcelino, Samir Adamoglu de Oliveira

Sessão 14

24/10/2023

16h30 às 18h00

Mediação: José Marcelo Maia Nogueira (TJCE)

Audiências Virtuais e sua Relação com Acessibilidade, Recursos e Estrutura e Desempenho do Judiciário

Rafael Lima da Costa, Fabricio Castagna Lunardi, Tomas Aquino Guimarães

Business Intelligence: Transformando o Gerenciamento de Perfis Profissionais no STJ

Antônio Alves Monteiro Júnior, Mariana Camargo Rocha, Janaina Marques Alves, Iraci Gonçalves Guimarães

O uso de chatbots como alternativa viável e eficaz ao encerramento do atendimento via aplicativos de mensagem

Welkey Costa do Carmo

Sistema Único x Interoperabilidade: Reflexos para Gestão e Desenvolvimento de Inteligências Artificiais

Karyn Adame Rinaldi

Sessão 15

24/10/2023

16h30 às 18h00

Mediação: Leonardo Oliveira (Universidade de Brasília)

A atuação do Judiciário na prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres: o relato da implementação do Núcleo Judiciário da Mulher no TJDF

Myrian Caldeira Sartori, Ben-Hur Viza, Gisele Novais Costa Ramos, Andréia Soares de Oliveira

A Existência de Instituições Pró-Mulheres em Municípios influencia os Indicadores de Violência Contra Mulher?

Thaynara de Castro Costa

Natureza Jurídica da Medida Protetiva de Urgência e Possibilidades Interpretativas: um estudo sobre a prática do juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher da comarca de Parnamirim/RN

Ryanny Bezerra Guimarães dos Santos, Emília Matilde Araújo de Vasconcelos Leite Zumba, Anna Elisa Alves Marques, Luciano Athayde Chaves, Fábio Wellington Ataíde Alves

Sessão 16

24/10/2023

16h30 às 18h00

Mediação: Eloisa Gonçalves Torlig (Universidade de Brasília)

Acesso à Justiça na Região Amazônica: O Caso de Porto de Moz

José Gomes de Araújo Filho, Fabrício Castagna Lunardi

Acesso à Justiça no Século XXI: desafios e tendências de um sistema jurídico moderno e igualitário

Eda Castro Lucas de Souza, Simone de Araujo Goes Assis

Gestão Participativa da Justiça no Amapá: o parceiro digital e a cooperação interinstitucional para o Acesso à Justiça, inovação social e inclusão

Elayne da Silva Ramos Cantuária, Rommel Araújo de Oliveira

Instituições Facilitadoras de Acesso à Justiça (IFAJUS): o caso dos Centros de Referência Especializado para população em situação de rua

Eloisa Gonçalves da Silva Torlig

Sessão 17

25/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes (Universidade de Brasília)

A violência contra mulher e a atuação do Poder Judiciário: possibilidades de estudos

Myrian Caldeira Sartori, Adalmir de Oliveira Gomes

Análise Comparativa Qualitativa da Taxa de Congestionamento de Femicídios no Brasil

Mara Célia Ferreira Ataíde

Políticas de Prevenção ao Femicídio: Revisão de Literatura e Agenda de Pesquisa

Mariana Fraga, Adalmir Gomes

Tipologia Penal e Perfil do Autor(a) de Violência Doméstica em Goiânia no Ano 2022

Carlos Antonio Ferreira de Oliveira, Carlo Ralph de Muis, Marcos de Moraes Sousa

Sessão 18

25/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (Universidade de Coimbra)

Acesso Justo: A Construção da Acessibilidade e Humanização no Atendimento do Tribunal de Justiça do Ceará

Nelson Ricardo de Moraes Nogueira

A atuação expandida dos Cejuscs: meio de racionalização e de ampliação do acesso à Justiça

Arthur Napoleão Teixeira Filho

Cooperação Judiciária: O Programa Dialogar

Elayne da Silva Ramos Cantuária, Thielly Dias de Alencar Pitthan, Monique Ribeiro de Carvalho Gomes, Marcelo Gonçalves de Paula

Projeto Justiça Itinerante

Marina Cardoso Buchdid, Diego César Santos, Adriana Mesquita, Mislene Medrado de Oliveira Borges

25/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Luciano Athayde Chaves (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

A prescrição intercorrente e seus reflexos sobre a garantia de acesso na Justiça do Trabalho

Cláudio Delgado de Freitas, Luciano Athayde Chaves

O Processamento do Habeas Corpus o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e a sua Influência na Razoável Duração do Processo

Carlos Eduardo Lima Fernandes, Italo Farias Braga

Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau no Poder Judiciário Fluminense

Patrícia Almeida de Souza

As garantias processuais penais da pessoa do acusado e a Justiça 4.0

Tatiana Socoloski Perazzo Paz de Melo

Sessão 20

25/10/2023

8h00 às 9h30

Mediação: Tomas de Aquino Guimaraes (Universidade de Brasília)

A Influência do Poder no Processo Decisório Judicial

Larissa Jorge Ferreira Torquato, Felipe Fróes Couto, Ramon Librelon Pinheiro Lopes, Moisés Oliveira Costa, Eduarda Rodrigues de Almeida Porcino

Acesso à Justiça e Transparência Ativa no Poder Judiciário: avaliação dos tribunais considerando o Ranking da Transparência 2023

Luiz Henrique Tacconi, Edson Ronaldo Guarido Filho

Os determinantes (internos e externos) do Acesso à Justiça no Judiciário Brasileiro

Renato Máximo Sátiro, José Erasmo Silva

Os Fatores Intrínsecos como Motivadores das Equipes no Poder Judiciário

José Luis Luvizetto Terra, Luiza Vieira Sá de Figueiredo

Sessão 21

25/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Adalmir de Oliveira Gomes (Universidade de Brasília)

**Busca Ativa das mulheres em situação de violência doméstica e familiar:
experiência no Distrito Federal**

Myrian Caldeira Sartori, Ben-Hur Viza

O Programa Paz no Lar e o Combate Efetivo à Violência Doméstica

Cesar Morel Alcântara, Janayna Marques de Oliveira, Marcos Antônio dos Santos Silva

Sessão 22

25/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Luciano Athayde Chaves (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Programa Cidadania Plena

Wellington Coimbra de Moura, Luciani Tesseroli, Josmar Ambrus

Cooperação judiciária interinstitucional no sistema de execução penal: inovação social e impactos positivos para o acesso à justiça e inclusão dos encarcerados

Daniel Damasceno Amorim Douglas, Elayne da Silva Ramos Cantuária

Institucionalização dos Serviços de Justiça Itinerante: A experiência do TRT8 nos Estados do Pará e Amapá

Alex Barros dos Santos, Francisco Sérgio Silva Rocha, Jonatas dos Santos Andrade, Avertano Messias Klautau

Parceria Cidadã

Paulo Sérgio Brant de Carvalho Galizia, Regina Rufino, Luís Felipe de Oliveira Reis, Sueli Akemi Hayashi

Sessão 23

25/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Caio Castelliano de Vasconcelos (Universidade de Brasília)

Acordo de Cooperação Técnica para Pagamento de Honorários de Advogados Dativos em Minas Gerais

Marcela Maria Pereira Amaral Novais, Adriano da Silva Ribeiro

Administração da Justiça em Portugal: Um domínio negligenciado nos tempos mais recentes?

José Miguel Cadete Melrinho, Flávio Manoel Coelho Borges Cardoso, Sérgio André Lopes Resende

Judicialização da Saúde: como juízes controlam a política pública de saúde?

Thiago Mesquita Teles de Carvalho, Bruno Montenegro Ribeiro Dantas, Zenice Mota Cardozo

Judicialização no Brasil e na Europa: uma Comparação com Base em Números

Caio Castelliano de Vasconcelos

Sessão 24

25/10/2023

14h00 às 15h30

Mediação: Eloisa Gonçalves Torlig (Universidade de Brasília)

Ampliando a Concepção para Acesso aos Direitos e à Justiça (ADJ): Uma Estrutura Conceitual e Multidisciplinar

Eloisa Gonçalves da Silva Torlig

Judiciário a Agenda 2030 das Nações Unidas: pessoas comuns podem ter acesso à Justiça Ambiental no Brasil?

Isabella Regina Serra Brito Mesquita, Francisco Itami Campos

Litigiosidade e Gratuidade da Justiça: verdades e pós-verdades

Karinne Emanuela Goettems dos Santos

Visual Law: Ferramenta de Transformação da Comunicação Jurídica e Acesso à Justiça

Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias Patriota, Taís Schilling Ferraz, Mariana Marinho Machado

Sessão de Encerramento

25.10.23 - 18h00

Comitê organizador

Encerramento ENAJUS 2023, divulgação dos melhores trabalhos e ENAJUS 2024.



Realização



Apoio



COMITÊ ORGANIZADOR

Adalmir de Oliveira Gomes, Professor Associado, Universidade de Brasília, Brasil.

Alexandre dos Santos Cunha, IPEA e Professor Titular, Universidade Positivo, Brasil.

Ana Claudia Farranha, Professora Associada, Universidade de Brasília, Brasil.

Anderson Marcos dos Santos, Professor Titular, Universidade Positivo, Brasil.

Any Ávila Assunção, Professora, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Bernardo Oliveira Buta, Professor, Fundação Getulio Vargas (FGV-EPPG), Brasil.

Claudia Roesler, Professora Associada, Universidade de Brasília, Brasil.

Eda Castro Lucas de Souza, Professora, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Edson Ronaldo Guarido Filho, Professor Titular, Universidade Positivo e Professor Adjunto, Universidade Federal do Paraná e Universidade Positivo, Brasil.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Fabrizio Castagna Lunardi, Professor, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Brasil.

João Abreu de Faria Bilhim, Professor Catedrático, Universidade de Lisboa, Portugal.

Jorge Albino Alves Costa, Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, República Portuguesa, Portugal.

Lara Patrício de Moura Tavares, vice-presidente do Centro de Administração e Políticas Públicas, Universidade de Lisboa, Portugal.

Luciano Athayde Chaves, Professor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil.

Privado: Luis Miguel Pereira Lopes, Professor, Universidade de Lisboa, presidente do Centro de Administração e Políticas Públicas, Portugal.

Luiz Claudio Costa, Professor Titular e Reitor, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Miguel Romão, Professor da Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Portugal.

Olívia Alves Gomes Pessoa, Coordenadora Executiva do Centro de Pesquisa Jurídica e Social (CPJUS), Universidade Positivo, Brasil.

Pedro Miguel Alves Correia, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça de Portugal, Portugal.

Roberto di Benedetto, Professor Titular e Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Positivo, Brasil.

Privado: Thiago Gomes Nascimento, Professor, Centro Universitário IESB, Brasília, Brasil.

Tomas de Aquino Guimaraes, Professor Titular, Universidade de Brasília, Brasil.

COMITÊ DE ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA

André José Ribeiro Guimarães, Doutor em Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná e Designer Gráfico, Brasil.

Flávia Roberta Fernandes, Doutora em Gestão da Informação, Universidade Federal do Paraná, professora, Centro Universitário Internacional UNINTER e Pesquisadora do IBEPES, Brasil.



MAIS INFORMAÇÕES
enajus.org.br

